

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS I

DEILTON RIBEIRO BRASIL

CLEIDE CALGARO

GUILHERME APARECIDO DA ROCHA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigner Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direitos humanos e fundamentais I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Cleide Calgareo; Deilton Ribeiro Brasil; Guilherme Aparecido da Rocha – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-672-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos humanos 3. Fundamentais. VI Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS I

Apresentação

As pesquisas apresentadas no Grupo de Trabalho “Direitos Humanos e Fundamentais I”, do VI Encontro Virtual do CONPEDI, revelaram temas atuais e inéditos, com propostas aptas a contribuir com a evolução do desenvolvimento do Direito no Brasil, em conexão com o tema central proposto (Direito e Políticas Públicas na Era Digital).

Tivemos a satisfação de presenciarmos a exposição de alunos de graduação e pós-graduação de diferentes universidades brasileiras, de instituições públicas e privadas. Matérias dinâmicas que merecem atenção da comunidade científica também foram abordadas, o que revela o grau de qualidade dos eventos do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito.

A primeira pesquisa, com o título “A mulher negra no ponto cego das políticas públicas eleitorais de gênero e raça: análise crítica da representatividade da mulher negra no congresso nacional entre 1988 e 2022” foi orientada pelo Prof. José Querino Tavares Neto e apresentada por Cassia De Jesus Antunes e Jullia Candida Carrilho. O trabalho revelou importante espaço para o debate entre os presentes. A abordagem revelou adequada contribuição teórica.

A pesquisadora Isabella Pádua Ventresqui apresentou trabalho com o título “Bebê medicamento (ou bebê amor) sob a ótica do biodireito e da dignidade humana”. O trabalho forneceu provocações relevantes e recebeu sugestões ao desenvolvimento da análise.

O trabalho com o título “A interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre: uma análise do voto-vista do Ministro Luiz Roberto Barroso no habeas corpus 124.306/RJ” foi apresentado pela pesquisadora Maria Vitória Silva Brito. A proposta viabilizou relevante discussão, notadamente em razão da complexidade e das diferentes perspectivas sobre o tema.

A pesquisadora Anna Laura de Oliveira Castro, orientada pelo Prof. Marcelo Toffano, apresentou o trabalho “A população em situação de rua: a falha nas políticas públicas como resultado da rejeição às instituições de acolhimento na cidade de Franca – SP”, a partir de análise multidisciplinar. Após os debates, foi enfatizado o caráter prático (em paralelo ao teórico) que a pesquisa pode ensejar.

O último trabalho, com o título “Capitalismo de vigilância, big data e a ofensa à dignidade da pessoa humana” foi apresentado pela pesquisadora Náisa Rosa Silva. A pesquisa foi orientada pela Prof^a. Jéssica Amanda Fachin. A discussão, diretamente relacionada ao tema central do VI Encontro Virtual do CONPEDI (Direito e Políticas Públicas na Era Digital), abordou aspectos como consumo, liberdade, soberania, poder e democracia.

As pesquisas revelaram a abordagem de temas atuais, com propostas de releitura inovadora de assuntos já debatidos, bem como de temáticas inéditas. A contribuição fornecida é inegável e o ineditismo de muitos trabalhos corrobora a relevância dos eventos organizados pelo CONPEDI.

É nesse contexto que, como coordenadores do presente Grupo de Trabalho, apresentamos os trabalhos indicados acima, certos da contribuição que oferecem ao cenário jurídico nacional.

Prof^a. Dr^a. Cleide Calgaro

Prof. Dr. Deilton Ribeiro Brasil

Prof. Dr. Guilherme Aparecido da Rocha

A MULHER NEGRA NO PONTO CEGO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ELEITORAIS DE GÊNERO E RAÇA: ANÁLISE CRÍTICA DA REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NO CONGRESSO NACIONAL ENTRE 1988 E 2022

José Querino Tavares Neto¹
Cassia De Jesus Antunes
Jullia Candida Carrilho

Resumo

INTRODUÇÃO: As mulheres negras compõem minorias historicamente discriminadas. O reflexo dessa discriminação se vê em vários âmbitos sociais, destacando-se na pesquisa a ser realizada a baixa representatividade no Congresso Nacional, apenas 2%, tal condição não corresponde à realidade social, tendo-se em vista que a mulher negra compõe cerca de 27% de toda a população brasileira (IBGE, 2018), tais estatísticas somadas à literatura da temática racial sugerem a presença de padrões de discriminação racial e de gênero em nossa sociedade (SOUZA, 2021, p. 219).

PROBLEMA DE PESQUISA: A problemática levantada nesta proposta de investigação se volta em torno da representatividade da mulher negra no Congresso Nacional entre os anos de 1988 e 2022, levantando-se a discussão acerca dos mecanismos simbólicos e institucionais que mantêm esse grupo populacional no lugar de invisibilidade, em especial no Poder Legislativo, propondo-se analisar criticamente as políticas públicas adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2022), visando o aumento da representatividade política, a fim de responder o seguinte questionamento: tais políticas são capazes de abraçar a condição particular das mulheres negras, sob a ótica da interseccionalidade?

OBJETIVO: O objetivo dessa pesquisa é analisar empiricamente o panorama político no que concerne à representatividade política da mulher negra no Congresso Nacional entre os anos de 1988 e 2022 e diagnosticar as políticas públicas eleitorais adotadas para o fim do aumento da representatividade política. São objetivos específicos deste projeto: diagnosticar e analisar as políticas públicas eleitorais de raça voltadas ao aumento da representatividade do negro na política e as políticas públicas eleitorais de gênero voltadas ao aumento da representatividade da mulher na política; fazer diagnóstico das políticas públicas eleitorais existentes direcionadas ao recorte específico da mulher negra, considerando a interpolação de gênero e raça; verificar, mediante análise de dados, se as políticas públicas eleitorais que visam aumentar a pluralidade política foram atendidas pelos Partidos Políticos nas eleições de 2022; verificar se as mulheres negras foram contempladas com as políticas públicas eleitorais existentes e se houve, de fato, aumento da representatividade das mulheres negras e em quais cargos; investigar, mediante abordagem qualitativa, a percepção de mulheres negras que já ocuparam cargo no Poder Legislativo em relação aos obstáculos e desafios existentes; propor

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

ações afirmativas eleitorais intencionais voltadas à realidade da mulher negra para aumento de sua representatividade política no Congresso Nacional, levando-se em consideração a interseccionalidade.

MÉTODO: A pesquisa a ser desenvolvida possui abordagem quali-quantitativa, na qual se pretende, inicialmente, a realização de revisão de literatura no que tange à teoria crítica racial, bem como análises estatísticas públicas oficiais, a realização de surveys com partidos políticos, e finalmente a realização de entrevistas semiestruturadas para fins de que compreender com profundidade o contexto da participação da mulher negra no Poder Legislativo, assim como testar as hipóteses apresentadas.

RESULTADOS ALCANÇADOS: ainda em andamento.

Palavras-chave: gênero, raça, representatividade

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA - SIDRA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral Tabela 6403 - População, por cor ou raça (Vide Notas). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403>. Acesso em: 23 set. 2022.

SOUZA, Jessé. Como o racismo criou o Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Divisão do Fundo Eleitoral e do tempo de TV deve ser proporcional ao total de candidatos negros, decide TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Agosto/tse-distribuicao-fefc-candidatos-negros>. Acesso em: 23 set. 2022.